

APRESENTAÇÃO

O género biográfico não é popular em Portugal. Limitando-nos apenas à biografia histórica, basta um passeio pelas livrarias para se constatar a carência de obras sobre as principais figuras da história de Portugal. Um leitor português encontrará obras sobre Napoleão, Disraeli ou a rainha Vitória, mas não sobre o duque de Saldanha, Afonso Costa ou a rainha D. Maria II. Mesmo sobre Salazar, alguém que indiscutivelmente merece uma biografia, apenas dispomos de um conjunto de volumes escrito por um seu ex-ministro. Aparentemente, os historiadores desinteressaram-se do género.

Esta situação deve-se a uma ordem complexa de factores. A história ensinada sob o Estado Novo fornecia uma interpretação do passado onde quase só estavam presentes os santos, os guerreiros e os mártires. Acontece que a hagiografia acabou por destruir a história. Como sucede com as narrativas oficiais, o efeito, nos espíritos rebeldes, foi o contrário do planeado. Na mente de muitos ficou a ideia de que uma história em que a acção dos homens desempenhava um papel importante tinha algo de idealista, ou pior, de reaccionário. Acabámos a acreditar que os santos que o regime erigira eram pecadores e que os diabos de que ele não se quisera ocupar eram santos.

Entretanto, de França chegava-nos a escola dos *Annales*, a qual, ao banir o acontecimento, destruía o papel do homem como sujeito no evoluir histórico. A influência desta revista, na qual colaboraram alguns historiadores notáveis, pode detectar-se no tipo de história que privilegia os processos de longa duração, bem como os movimentos sociais. Este grupo viria a ter uma influência decisiva nos compêndios que se redigiram após o 25 de Abril. Nos finais dos anos 60, quando Marcello Caetano deixou que, no país, entrasse uma aragem de liberdade, os intelectuais portugueses optaram por ir, de novo, buscar a sua inspiração a Paris. Maio de 1968 confirmara-os na certeza de que era esta a capital do saber. Felizes, partiram em busca das flores.

Regressaram, trazendo, nas malas, a versão dura do marxismo. O facto poderia ter deixado a história incólume. Mas não deixou. Depois da revolução de 1974 surgiu, impiedosa, a ortodoxia althusseriana. As «estruturas» mataram qualquer réstia de humanismo que ainda pudesse existir nas ciências sociais. Entre os *Annales* e o althusserianismo, o homem desapareceu.

Neste clima, era impensável imaginar alguém a escrever uma biografia. Na academia, quem queria subir na carreira era forçado a aceitar a teoria hegemónica. Fora dela, não existia ninguém com a cultura de um Duff Cooper, o embaixador inglês que, em 1932, redigiu uma das mais espantosas biografias do século, *Talleyrand*. Mesmo sem influências exteriores, era improvável que Portugal, uma sociedade burocrática, analfabeta e centralizada, tivesse gerado um tipo de história liberal, onde a biografia fosse valorizada. Num ensaio, incluído no seu livro *Homens em Tempos Sombrios*, Hannah Arendt, que nascera num país onde a cultura era muito diferente da anglo-saxónica, escreveu: «A biografia definitiva, ao estilo inglês, é um dos géneros mais admiráveis da historiografia. Longa, minuciosamente documentada, com notas abundantes e generosamente recheada de citações, apresenta-se geralmente em dois grossos volumes e diz-nos mais, e de forma mais viva, acerca do período histórico em questão do que todos os livros históricos, excepto os mais notáveis»¹. Foi preciso emigrar para os EUA para que a intelectual alemã pudesse apreciar o género.

Como todo o historiador sabe, a história não é independente do tempo e do lugar em que é escrita. No capítulo 21 do seu livro *De la démocratie en Amérique*, Tocqueville chama a atenção para uma tendência perigosa dos séculos que ele designava como democráticos: «Quando o traço da acção humana sobre as nações se dissolve, pode-se ser tentado a acreditar que o movimento da história não é voluntário e que as sociedades obedecem, sem o saber, a uma força superior que as domina.» Isto sucedia em contraste com o que se passava na Antiguidade clássica, período em que se pensava que, para se governar os semelhantes, o homem mais não tinha a fazer do que exercer o domínio sobre si próprio. Tocqueville tentava perceber o que se estava a passar no mundo moderno: «Dir-se-ia, lendo as histórias que são escritas hoje, que o homem não tem qualquer espécie de poder, nem sobre ele, nem sobre o que o rodeia.» O parágrafo termina com uma comparação terrível: «Os historiadores antigos ensinavam-nos a comandar; os contemporâneos só nos ensinam a obedecer»².

Como se a predominância de certas correntes teóricas não bastasse para nos afastar do género, existem ainda obstáculos práticos a quem se aventura pela redacção de uma biografia. A começar, a ausência, em Portugal, de uma

¹ H. Arendt, *Homens em Tempos Sombrios*, Lisboa, Relógio de Água, 1991.

² A. Tocqueville, *De la démocratie en Amérique*, 1835.

tradição memorialística. As poucas memórias e autobiografias que existem, geralmente justificativas, são desinteressantes. Mas, de entre todos, o problema mais importante é o estado dos arquivos públicos. Enquanto investigava a vida de Fontes Pereira de Melo e a de Eça de Queirós, frequentei múltiplas instituições. O relato das minhas andanças é triste. Na Biblioteca Nacional caem aos bocados jornais que são exemplares únicos; na Torre do Tombo, as pastas do «Cartório da casa real» estão tão mal catalogadas que, em muitos casos, é impossível descobrir onde se encontra o material que desejamos ver; na Biblioteca da Ajuda existem caixas por abrir; na Assembleia da República, a documentação manuscrita relativa ao século passado desapareceu. A lista das desgraças não tem fim.

Por outro lado, e como afirmo, a propósito de uma colectânea de cartas de José do Canto, as famílias portuguesas raramente se interessam pelos seus antepassados. O caso ficcional de Gonçalo Ramires, ao desprezar os pergaminhos dos avós medievos, retrata um episódio real. Numa carta à mulher, Eça de Queirós mencionava o desprezo votado pelos aristocráticos Resendes (família a que Emília pertencia) relativamente à documentação antiga. Ele próprio encontrara, no meio de um monte de papelada suja, uma carta, meio rasgada, do rei D. Sebastião. O facto, que escandalizara Eça, mantém-se inalterado. Raras são as famílias que mantêm em boas condições o material que herdaram ou que se dão ao trabalho de o doar ao Estado. Entre as primeiras destaca-se o engenheiro Fernando Albuquerque, que organizou um importante arquivo na Casa de Mateus. Entre as segundas, e trata-se de um caso raríssimo, a doação, feita, em 1998, pela família Arnoso, à Biblioteca Nacional, contendo a documentação que pertencera a Bernardo Pinheiro Correia de Melo, 1.º conde de Arnoso, onde se encontram cartas valiosíssimas, até do ponto de vista comercial.

Apesar das dificuldades, há quem tenha tido a paciência necessária para percorrer arquivos, para frequentar bibliotecas e para contactar famílias. Este número da *Análise Social* prova-o. E prova também que, entre os historiadores, existe quem esteja farto de «estruturas», «instâncias» e «fracções de classe». O conteúdo não resultou de um plano uniforme. Alguns artigos nasceram por si; outros corresponderam a convites da organizadora; outros são adaptações de trabalhos em curso. O horizonte temporal vai dos princípios do século XIX até à contemporaneidade, um pano de fundo suficientemente longo para tomar contacto com personagens muito diferentes. O leitor poderá encontrar aqui a descrição da vida de um comerciante negreiro, Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo; do estadista com mais condecorações da sua época, o duque de Ávila; de um grande lavrador açoriano, José do Canto; de dois intelectuais que gostavam de discutir, Eça de Queirós e Pinheiro Chagas; de um político, João Franco, ensaiando os primeiros passos dentro da tradição reformista da elite liberal; de um militar africanista, que sonhava

com um Portugal maior, Paiva Couceiro; do cardeal Manuel Cerejeira, que procedeu a uma das mais profundas reformas das relações entre o Estado e a Igreja; de um destacado oligarca da organização corporativa, Henrique Tenreiro; e, por fim, do biógrafo de Salazar, e, antes, seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira. Como se isto fosse pouco, o número inclui ainda alguns ensaios e recensões sobre biografias publicadas, quer sobre figuras portuguesas, quer estrangeiras.

MARIA FILOMENA MÓNICA